

DESLOCAMENTO FORÇADO E REASSENTAMENTOS: MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ITÁ, SUL DO BRASIL

Forced displacement and resettlement: memories and experiences of those affected by the Itá dam, southern Brazil

Jessica Mabel Soares Teixeira Menezes¹

Carmem Regina Giongo²

Luiza Morem Rocha³

Daniela Trevisan Monteiro⁴

Jussara Maria Rosa Mendes⁵

Artigo encaminhado: 10/10/2022

Artigo aceito para publicação: 15/08/2024

RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender as vivências das pessoas atingidas pela construção da barragem de Itá/Santa Catarina e deslocadas para reassentamentos rurais coletivos no estado do Paraná. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada com 20 atingidos residentes de dois reassentamentos rurais coletivos. Para a coleta dos dados foi empregada a técnica de grupo focal autorreferente. Foram realizados dois grupos focais em um dos centros comunitários do território investigado. A análise temática foi utilizada na interpretação dos resultados. Os resultados apontaram para práticas de violência e coerção sobre os atingidos por parte da hidrelétrica, A

¹ Assistente Social formada pela UFRGS. E-mail: jmabelstm@gmail.com

² Psicóloga. Doutora e pós doutora em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Pós-doutora em Antropologia pela Université Paris Nanterre, na França e pós-doutora em Política Social e Serviço Social pela UFRGS. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho (NEST) da UFRGS, docente da graduação e do Mestrado em Psicologia da Universidade Feevale. E-mail: ca.aiesec@gmail.com

³ Assistente Social, formada pela UFRGS. Especialista em Saúde da Família e Comunidade. E-mail: luizamore@gmail.com

⁴ Psicóloga. Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós doutorado em Psicologia pela UFSM. Pós doutorado em Psicologia social e Institucional e Pós-doutorado em andamento em Política Social e Serviço Social pela UFRGS. Pós graduada em Psicologia Clínica: escutas da infância e em Criança e adolescente em situação de risco pela Universidade Franciscana (UFN). Mestra em Psicologia, ênfase em saúde pela UFSM. Pesquisadora do Núcleo de estudos em saúde e trabalho (NEST) da UFRGS. E-mail: daniela.trevisan.monteiro@gmail.com

⁵ Graduada em Serviço Social. Mestra, doutora e pós doutora em Serviço Social. Docente do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia/UFRGS, docente do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social e de Saúde Coletiva da UFRGS. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Saúde e Trabalho - NEST/UFRGS. E-mail: jussara.mendes@ufrgs.br

hidrelétrica empenhou-se em indenizar os atingidos individualmente com o intuito gerar desmobilização social. Atenta-se para a não contemplação das necessidades de trabalho dos atingidos, o que resultou na evasão dos reassentamentos e na busca por trabalho assalariado. Concluiu-se que houve uma construção de empreendimento, mas foi acompanhada de injustiça social como o deslocamento forçado dos atingidos para outro estado e a desresponsabilização da empresa em efetuar uma compensação justa frente aos danos causados. Este processo resultou em impactos à saúde mental dos grupos deslocados que se expressaram através de conflitos familiares, uso excessivo de álcool, sobrecarga de trabalho e danos às relações comunitárias.

Palavras-chave: Deslocamento forçado; Reassentamento rural coletivo; Barragem; Atingidos.

Abstract

This study aimed to understand the experiences of individuals affected by the construction of the Itá/Santa Catarina dam and relocated to collective rural resettlements in the state of Paraná. It is a qualitative research conducted with 20 affected individuals residing in two collective rural resettlements. Data were collected using the self-referential focus group technique. Two focus groups were conducted in one of the community centers within the investigated territory. Thematic analysis was employed for result interpretation. Findings indicated practices of violence and coercion by the hydropower project, aimed at compensating the affected individuals individually and generating social disorganization. There was a notable lack of consideration for the work needs of the affected individuals, leading to their departure from the resettlements or their search for wage labor. The study concluded that the construction of the project was accompanied by social injustices, such as the forced relocation of affected individuals to another state and the company's failure to provide fair compensation for the damages caused. This process resulted in impacts on the mental health of the displaced groups, manifested through family conflicts, excessive alcohol use, work overload, and damage to community relations.

Keywords: Forced displacement; Rural collective resettlement; Dam; Affected people.

1 INTRODUÇÃO

Milhares de barragens foram construídas em todo o mundo nas últimas décadas, afetando significativamente os recursos ambientais e sociais existentes. Pelo menos 19% de toda a energia produzida mundialmente advém das mais de 45.000 barragens, que comprometeram cerca de 60% de todos os rios do planeta. (WORLD COMMISSION ON DAMS – WCD, 2000). A implantação dos grandes empreendimentos hidrelétricos é justificada pelo setor energético como parte essencial de um projeto de desenvolvimento econômico. No entanto, esses projetos vinculam-se diretamente ao sistema econômico que se sustenta através da ampliação e reprodução do capital, impondo processos não democráticos para os atingidos por barragens, aqueles que o desenvolvimento não alcança (ERTZOGUE; FERREIRA; MARQUES, 2022; NOTHAFT; GIONGO; BUSATO, 2023).

A construção desses empreendimentos no Brasil teve início durante a ditadura militar com base no discurso desenvolvimentista. Na década de 90, ocorreu a privatização das empresas de geração de energia elétrica, favorecendo a concessão de direitos de exploração do potencial hidrelétrico à grupos privados através de consórcios. Consequentemente, segundo Vainer (2007), observa-se a desregulamentação e a redução das atribuições estatais e os sérios impactos sociais. Na compreensão do autor, os consórcios privados não têm qualificação no que diz respeito às responsabilidades sociais e ambientais necessárias para a construção dos empreendimentos hidrelétricos.

O Brasil é considerado um dos países com maior potencial hidrelétrico do mundo e por isso, nas últimas décadas, vários programas foram construídos. Um exemplo é o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), visando acelerar o crescimento tecnológico e da matriz hidrelétrica a fim de tornar o Brasil mais competitivo economicamente em relação a outros países. Os empreendimentos hidrelétricos ocuparam um lugar estratégico nesses planos, fazendo com que novas obras fossem planejadas e implantadas nos últimos anos (VERDUM, 2007).

Atualmente, as hidrelétricas representam a principal fonte de energia no país, com 58% da capacidade instalada. Existem cerca de 24 mil barragens no

Brasil, sendo que 10.774 estão situadas no Rio Grande do Sul (BRASIL, 2023). Um estudo realizado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em conjunto com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), estima que estes empreendimentos foram os responsáveis pelo deslocamento estimado de quatro milhões de pessoas (FIOCRUZ, 2023).

É nesse cenário que se insere a barragem de Itá, localizada entre os municípios de Aratiba, no Rio Grande do Sul (RS), e Itá, em Santa Catarina (SC), na bacia hidrográfica do Rio Uruguai. A bacia compreende parte dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo uma área estratégica para a construção de usinas hidrelétricas devido ao seu potencial energético. Giongo e Mendes (2021) ressaltam que desde a década de 1960, a região tem sido mapeada para a construção de empreendimentos hidrelétricos. Conforme dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2019), existem 14 Usinas Hidrelétricas (UHE) em operação, 57 Pequenas Hidrelétricas em operação e 129 Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH).

A Hidrelétrica de Itá entrou em operação no ano 2000, segundo informa a Engie Brasil Energia (2019). De acordo com o previsto no Relatório de Impacto Ambiental realizado pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores, Eletrosul Centrais Elétricas (1990), a obra atingiria 2.269 famílias residentes nas propriedades rurais afetadas pela formação do lago, e haveria o deslocamento de 501 famílias para projetos de reassentamentos. No que diz respeito à população atingida indenizada, as formas de compensação se deram por meio de cartas de crédito e reassentamentos rurais coletivos.

Para Da Silva Marques et al. (2018) a construção da obra gerou conflitos resultantes das drásticas alterações nos territórios e nos rios onde foi construído o empreendimento. Tais alterações impactaram as populações residentes nas áreas atingidas pela barragem provocando uma série de injustiças sociais. Entre essas transformações estão os impactos no trabalho de agricultores, pescadores e outros trabalhadores. Além disso, ocorreu o abandono das comunidades devido ao deslocamento forçado provocado pela construção da barragem, o que repercutiu no isolamento das populações remanescentes, causando diversos impactos na saúde mental, entre eles: a quebra dos vínculos comunitários e a perda da identidade cultural e social

devido às mudanças no território e à falta de convívio com os antigos vizinhos e moradores.

Importante salientar que, na perspectiva da saúde coletiva, o conceito de saúde mental está associado a aspectos multidimensionais, que abrangem não apenas a ausência de doenças, mas o acesso às políticas públicas, a garantia de direitos e as condições dignas de vida e de trabalho. Esta perspectiva, conta com uma abordagem que ressalta a relevância de aspectos como a inclusão social, a equidade e a atenção psicossocial como pilares fundamentais para a promoção da saúde mental (Amarante, 2015). Assim, entende-se a saúde mental como um constructo relacional e dinâmico, inserido em um contexto amplo de saúde e desenvolvimento social.

Frente à implantação de empreendimentos hidrelétricos, a estratégia de construção de reassentamentos rurais coletivos é defendida pelo MAB como a forma mais justa de compensação, pois eles “representam a concretização do projeto político democrático-participativo”, contribuindo para a identificação das necessidades dos atingidos e a construção conjunta da luta e do acesso à direitos (ROCHA; PASE, 2015, p. 104). Ademais, os autores explicam que o projeto de reassentamento é preferido por possibilitar a manutenção dos vínculos com a vizinhança e a transformação de latifúndios em áreas de agricultura familiar. Além disso, o potencial de mobilização dos reassentados tem uma força importante nos tensionamentos para a conquista de direitos e respostas às suas necessidades de trabalho e infraestrutura do espaço coletivo.

Com base nesta problematização, este estudo teve como objetivo compreender as vivências das pessoas atingidas pela construção da barragem de Itá/Santa Catarina e deslocadas para reassentamentos rurais coletivos no estado do Paraná.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que busca o entendimento e a interpretação dos sentidos e das significações referentes a um fenômeno (MINAYO, 2014). Os participantes da pesquisa foram pessoas atingidas pela barragem de Itá, deslocados para os reassentamentos rurais coletivos de

Santa Inês e Itá, ambos localizados no estado do Paraná. Participaram da pesquisa 20 pessoas, sendo quatro residentes do reassentamento de Santa Inês e 16 do reassentamento de Itá. Participaram seis mulheres e 14 homens, com idades entre 24 e 66 anos, todos atuavam como agricultores e possuíam ensino fundamental completo.

Como instrumento de pesquisa foi utilizada a técnica de grupo focal autorreferente. Morgan (1997) afirma que essa técnica é utilizada para explorar um novo campo ou um novo tema proposto pelo pesquisador, podendo também servir como dispositivo para aprofundar, responder ou discutir uma pergunta de pesquisa ou o desenvolvimento de um projeto social. Barbour (2000) conceitua grupo focal como uma metodologia qualitativa realizada através de um grupo de interação focalizado, que possibilita uma discussão profunda e consistente sobre o tema em foco. Para a autora, uma característica da técnica é a de valorizar as percepções, os sentimentos e as interpretações dos participantes. Além disso, foi aplicado um questionário sociodemográfico com o objetivo de descrever as características dos participantes da pesquisa.

Para os encontros, foi utilizado um roteiro pré-elaborado. No primeiro encontro ocorreu a apresentação do pesquisador e da pesquisa, a leitura e a coleta de assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os tópicos do roteiro foram organizados conforme os objetivos deste estudo e separados em três partes: questões introdutórias, tópico para narração e questões finais. Entre as questões introdutórias apresenta-se: a história da comunidade na região, história familiar e o trabalho antigamente (atividades que eram realizadas, como viviam, como se dava o trabalho rural). No tópico para narração foi pedido que os participantes falassem sobre as transformações em sua forma de viver provocadas pela construção hidrelétrica de Itá. E as questões finais foram: quais foram as transformações provocadas pela construção da hidrelétrica em sua comunidade? Quais foram as transformações que a construção da hidrelétrica trouxe para sua forma de trabalhar? Quais as repercussões que a construção da hidrelétrica gerou para a sua comunidade e para a sua família?

No que se refere ao processo de pesquisa, primeiramente a pesquisadora contatou os líderes comunitários de dois reassentamentos rurais coletivos

indicados pelo MAB. Diante do aceite dos líderes, foram realizadas visitas prévias à região para convidar diretamente os potenciais participantes da pesquisa. Os convites ocorreram durante celebrações religiosas, festas comunitárias e visitas às residências dos atingidos. Posteriormente, foram agendados os dias e horários dos grupos focais. Participaram dos grupos aqueles que demonstraram interesse frente aos convites realizados nas comunidades.

Os critérios de inclusão foram: ter sido atingido pela construção da barragem de Itá, ter sido reassentado, ser maior de 18 anos e assinar TCLE. Na data agendada, a pesquisadora se deslocou até o local para a realização dos encontros. Os dois grupos focais ocorreram nos centros comunitários mais próximos das residências dos participantes e tiveram duração média de três horas.

Cada grupo focal contou com a participação de 10 pessoas e não houve separação dos integrantes por reassentamento. Em função da disponibilidade dos participantes optou-se pela realização de apenas um encontro com cada grupo focal. É importante ressaltar que antes dos grupos focais os participantes receberam explicações minuciosas acerca dos objetivos do estudo. Além disso, foram coletadas as assinaturas nos TCLE. Os grupos focais foram gravados e transcritos na íntegra.

Esta pesquisa foi realizada em conformidade com a Resolução n. 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016), que define diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob parecer número: CAAE: 45050515.9.0000.5334. Os participantes tiveram participação voluntária, sem coerção institucional ou psicológica. Foi garantido que sua identidade pessoal permanecerá no anonimato, não devendo ser mencionado seu nome ou qualquer outro dado que possibilite o reconhecimento. Para preservar o anonimato, os participantes foram identificados, no decorrer da escrita, como um número.

A técnica utilizada para análise dos dados coletados foi a análise temática de Minayo (2014), que consiste em delimitar os núcleos de sentido que

integram o processo de comunicação, nos quais a presença ou a frequência com que aparecem signifique algo visado para o objeto analítico.

Do ponto de vista operacional, essa análise desdobra-se em três etapas principais, quais sejam: pré-análise, exploração do material, e tratamento e interpretação dos dados. A partir desse processo, foram delimitadas três categorias de análise.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e a discussão foram divididos em três categorias centrais, quais sejam: a) História da obra, indenizações e implantação; b) Modos de resistência e adaptação dos atingidos frente às transformações socioambientais; c) Significados do deslocamento forçado.

3.1 História da obra, indenizações e implantação

De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental elaborado pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores e pela Eletrosul Centrais Elétricas (1990), a Usina Hidrelétrica de Itá teve o enchimento do reservatório iniciado em 1999 e entrou em operação em 2000, afetando os municípios de Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, e Itá, Arabutã, Concórdia, Alto Bela Vista, Ipira, Piratuba e Peritiba, em Santa Catarina. Foram atingidas 3.560 famílias, das quais 827 sofreram deslocamento compulsório e foram reassentadas em oito áreas distintas, distribuídas entre os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná (GIONGO; MENDES, 2021).

Nesse contexto, foram implantados os reassentamentos rurais coletivos de Itá e Santa Inês, selecionados como foco deste estudo. É importante atentar para o fato de que as pessoas foram reassentadas no estado do Paraná devido a compra de uma grande faixa de terra, com preços abaixo do mercado praticado na época. Assim, os atingidos foram deslocados para onde a empresa obteve a melhor negociação de terras, independente da origem de moradia e vinculação social. Os deslocamentos ocorreram entre o final da década de 1980 e início da década de 1990.

Nos relatos dos participantes da pesquisa, temas como o processo de

ressarcimento e a construção dos reassentamentos foram recorrentes. Eles citaram que as formas de compensação pelos danos ofertadas pela Eletrosul eram as indenizações em dinheiro, cartas de créditos ou reassentamentos. Os moradores do reassentamento de Itá e de Santa Inês falaram sobre as tentativas das empresas de energia de indenizá-los individualmente, o que foi compreendido como um modo de enfraquecer a organização coletiva. Dessa forma, a empresa se beneficiaria, já que, ao pagar as indenizações se isentaria das demais responsabilidades como o apoio ao manejo das atividades rurais e garantia de acesso a saúde e educação. Sendo assim, o uso das cartas de crédito foi um meio descrito para enfraquecer a organização dos atingidos.

Os respondentes também relataram que foram oferecidas indenizações para “pessoas que ocupavam papéis de liderança”, como estratégia para gerar desmobilização social, além de inúmeras abordagens por parte da Eletrosul com o intuito de persuadir os atingidos a aceitarem as cartas de crédito individuais. A fala de um entrevistado corrobora o debate:

A questão de colocar a carta de crédito era enfraquecer, na verdade. Esse era o primeiro objetivo. Conseguiram impor, e aí dentro [...] da Eletrosul, tinha uns espertinhos que chegavam aqui: [...] “Ó! Aqui tem direito a cinquenta e dois mil. Eu tenho uma área de terra lá, ela custa trinta mil, mas vamos preencher ela e vai te sobrar tanto e tu pode comprar carro, tu pode fazer isso e aquilo”. Nossa! O cara dizia: “Posso ter um carro” (PARTICIPANTE 12).

Nesse contexto de negociações e conflitos, o MAB contribuiu para que os atingidos pela barragem conquistassem o direito de serem deslocados para um reassentamento rural coletivo. Os deslocados para estes espaços eram, em grande maioria, meeiros, arrendatários e funcionários de empresas atingidas pela barragem.

Através do conhecimento sobre outros reassentamentos coletivos, os atingidos perceberam algumas fragilidades e precariedades na construção das novas comunidades, o que auxiliou no estabelecimento de novas exigências durante as negociações. Este processo pode ser percebido no relato a seguir: “Antes nós estávamos comentando, assim, [que] Campoerê três anos depois que já tinham construído, já tinha que reformar casas” (Participante 3,

informação verbal). A partir disso, os atingidos passaram a pautar a construção do reassentamento feito por eles próprios por meio de mutirões e com assistência técnica de diversos profissionais pagos pela Eletrosul.

A partir disso, foi criada a Associação de Desenvolvimento dos Projetos dos Reassentados, que recebia os recursos da Eletrosul e fazia a contratação dos profissionais sob avaliação das lideranças dos atingidos. Entre os profissionais que deram suporte aos atingidos por cinco anos constavam engenheiros, técnicos agrícolas e assistentes sociais. No entanto, os projetos realizados para o reassentamento eram feitos com prazo urgente para execução, o que causou dificuldades, como pode se observar nos relatos a seguir: “Foi, foi... Eu acho assim... Um dinheiro barato investido mal. Mal, por mal. Muito pouco espaço de tempo, porque daí vinha a ordem lá: ‘Nós temos cinquenta mil, mas tem que sair o projeto até sexta-feira’” (PARTICIPANTE 20,).

Assim, se teve grandes compras, principalmente de animais leiteiros, nesse projeto que esses técnicos faziam, né. Aí compravam e traziam grandes problemas porque, assim, vinham os animais, e não tinha comida na propriedade ainda, né. Assim, muito inversas as coisas. Assim, de chegar e... Tem dinheiro aqui, temos que fazer projetos e temos que comprar e vamos correr. (PARTICIPANTE 3).

Do ponto de vista dos participantes, a construção coletiva do reassentamento permitiu realizar pressões e mobilizações para o atendimento das necessidades do grupo. Para eles, esse processo não ocorreu com os outros atingidos pela barragem, que foram indenizados individualmente, pois receberam um valor em dinheiro e se desmobilizaram. Sozinhos, eles não tinham a mesma força política para reivindicar o provimento de algumas necessidades. Um participante do reassentamento de Santa Inês comentou: “O custo, e é mais fácil eu dar o dinheiro e tchau, não te vejo mais e acabou. Eu acho que esse foi um dos verdadeiros motivos” (PARTICIPANTE 18).

Após a construção do reassentamento em Itá, uma das dificuldades encontradas pelos atingidos foi o acesso às escrituras das propriedades. Embora os territórios fossem divididos por lotes, eles não tinham a propriedade legal da terra e, portanto, não podiam vendê-la ou fazer financiamentos para

custear as necessidades das produções agrícola e pecuária. A empresa exigia o pagamento através da produção do trabalho por meio de entregas anuais, como, por exemplo, sacas de milho. Um participante da pesquisa relatou: “Só que daí, tipo assim, nós não tínhamos escrituras para vender. [...] Na cláusula dizia que nós pagaríamos essa terra em 20 anos” (PARTICIPANTE 17,).

O direito às escrituras, no entanto, foi conquistado através da resistência dos atingidos. O grupo relatou um episódio em que alguns dos atingidos acamparam no escritório da Eletrosul e só deixaram o local depois de assinada a posse dos lotes. Diante deste e de outros movimentos percebeu-se que a organização dos atingidos, em ambos os assentamentos, possibilitou o acesso ao direito à terra, às condições de trabalho e à moradia. Contudo, essas conquistas foram fruto de muitos tensionamentos contra as empresas geradoras de energia, o que gerou inúmeros conflitos sociais, quebra de vínculos e sobrecarga de trabalho.

Estudos realizados em outros empreendimentos hidrelétricos corroboram o debate e apresentam dados similares. No caso da barragem de Belo Monte as alternativas indenizatórias também contaram com ressarcimento em dinheiro, relocação assistida (carta de crédito) e reassentamento rural coletivo. Chaves, Monzoni e Artruso (2019), destacam que, para os atingidos da Hidrelétrica de Belo Monte, apesar de a meta inicial do Plano Básico Ambiental de realocação abranger 114 famílias para os reassentamentos rurais coletivos, houve pouca “adesão” dos atingidos. A indenização em dinheiro foi destinada a 75% das famílias atingidas pela hidrelétrica e apenas 2% dos atingidos optaram pelo reassentamento. No entanto, estas escolhas foram permeadas pela falta de acesso à informação, interferência da empresa nas negociações e falhas na condução de audiências públicas, o que reduziu a participação dos atingidos e dificultou o acesso das comunidades aos estudos ambientais.

Esse processo se assemelha aos relatos dos atingidos pela barragem de Itá, visto que a empresa geradora de energia também teve interesse de indenizar os atingidos individualmente, utilizando-se da estratégia de falta de transparência e de acesso à informação, o que limitava o conhecimento dos atingidos sobre os seus direitos. Logo, percebe-se que nos reassentamentos provenientes da construção da barragem de Itá, a mobilização dos atingidos e

o apoio do MAB foram fundamentais para a garantia dos direitos, o que difere do caso de Belo Monte, em que não foi possível uma negociação mais assertiva.

Pacheco, Porto e Rocha (2013) problematizam o impacto dos conflitos ambientais na saúde das populações atingidas. Para os autores, além do aumento de doenças crônicas e transmissíveis, risco de suicídio crescente e elevados índices de acidentes de trabalho, as diversas formas de violência que marcam o campo de disputas territoriais e indenizatórias contribuem para a insegurança alimentar, redução da qualidade de vida e sobrecarga de trabalho. Estes elementos impactam em várias dimensões da vida, afetando os direitos fundamentais, de uso do território e de relação com o meio ambiente.

3.2 Modos de resistência e adaptação dos atingidos frente às transformações socioambientais

Entre as formas de adaptação dos atingidos, no processo de implantação do reassentamento, estão a organização das famílias e a vinculação comunitária. Juntamente com o MAB, essa organização contribuiu para a mobilização dos processos de resistência, para a construção do reassentamento e para a formação de novos vínculos, como se percebe nos relatos: “Essa integração começou [...] lá de baixo... Mas foram se fazendo amizades” (PARTICIPANTE 18); “E tanto é que devido a organização que a gente teve na construção, até hoje, o pessoal que ficou aqui, a gente tem isso ou aquilo né, mas quando se parte pra pensar a comunidade, se pensa em comunidade” (PARTICIPANTE 11).

Conforme o relatório da comissão especial dos atingidos por barragens do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (2010) a construção de barragens provoca o rompimento das redes de solidariedade da vizinhança e comunitárias. O documento também reconhece que as redes de solidariedade “fundadas no parentesco e vizinhança desempenham, em algumas comunidades, recurso fundamental para a coesão social e, mesmo, para a subsistência do grupo (ajuda mútua, mutirões, etc.)” (CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, 2010, p. 55). No caso de Itá, em grande parte, os vínculos comunitários dos reassentados foram rompidos pelo

deslocamento forçado.

Renk e Winckler (2017), ao descreverem aspectos da implantação da barragem de Foz de Chapecó, também em Santa Catarina, ressaltaram a grande fragilidade na reconstrução de vínculos familiares, tanto das comunidades remanescentes quanto dos atingidos que migraram. O afastamento das pessoas que faziam parte da comunidade provocou vivências de solidão, desamparo e depressão nos atingidos. Os atingidos remanescentes da barragem de Itá relataram vivências similares causadas pelo esvaziamento da comunidade (GIONGO; MENDES, 2021).

Percebeu-se que no caso da população entrevistada, a organização dos atingidos junto ao MAB possibilitou a construção de novos vínculos a partir da demanda coletiva de acesso a direitos. Este processo, que impulsionou a luta dos atingidos, pode ter contribuído também para a promoção da saúde mental, visto que novos vínculos foram criados. A construção de uma rede de apoio social fortalecida nos contextos de conflitos ambientais assume um papel central na garantia de direitos, nas trocas de informações e na significação dos deslocamentos forçados.

No reassentamento de Itá, o acesso aos direitos aconteceu em meio a muitas lutas contra a empresa geradora de energia. Entre elas, destacam-se as ocupações dos escritórios da empresa, o que demandou viagens para cidades distantes, diálogos e negociações: “Tinha que pegar ônibus, fazer mobilização e greve, trancar canteiro de obra, ocupar o escritório em Florianópolis, ir para o ministro das Minas e Energia, e às vezes juntava quatro, cinco mil pessoas” (PARTICIPANTE 14,). O acesso à moradia, à energia elétrica e à infraestrutura adequada para o trabalho foi expresso como resultado das mobilizações, conforme referido por um participante: “Para a gente conseguir o as coisas, não foi fácil [...] nós tivemos que ir lá paralisar pra negociar as casas, fizemos as casas, tivemos que ir lá fechar para conseguir a luz” (PARTICIPANTE 15,).

Após a implantação e o processo de mudança para o reassentamento, os participantes relataram que tiveram que se adaptar à nova realidade. A utilização de equipamentos modernos para o trato com a terra foi uma das mudanças que os trabalhadores tiveram que se adequar. Eles relataram, também, a dificuldade de recomeçar a vida e o trabalho em um espaço

totalmente novo, indicando a sobrecarga de trabalho para iniciar as atividades pecuárias e agrícolas: “Chegava aqui, e você não tinha um pé de mandioca plantado, você não tinha uma galinha, você não tinha um porquinho. Você tinha que começar a criar e plantar, né. Então, se trabalhou muito” (PARTICIPANTE 30).

Os reassentados precisaram construir a comunidade e suas propriedades rurais em um espaço totalmente inabitado, demandando desde o preparo do território para o cultivo das terras, até a organização de novas práticas alimentares de subsistência. Importante destacar que a sobrecarga de trabalho impacta diretamente a saúde mental e a qualidade de vida dos atingidos, elevando os riscos de acidentes de trabalho e de doenças relacionadas ao trabalho (SELIGMANN-SILVA, 2011).

Os participantes da pesquisa reconheceram o crescimento da comunidade e da condição socioeconômica do grupo. Como, por exemplo, a grande produção de leite do reassentamento e a criação de suínos, como referido por um atingido: “Isso só trouxe benefícios, porque daí as pessoas que ficaram, nós temos aqui uma das maiores bacias leiteiras do município, nós temos a maior [...] produção de suínos, de cabeça de suínos do município” (PARTICIPANTE 2,). Também como fruto da luta dos assentados foi implantada uma escola dentro do reassentamento, que oferece ensino desde a pré-escola até o ensino médio. A iniciativa da escola surgiu a partir do conhecimento de um dos assentados de um projeto de nucleação de escolas rurais existente no Rio Grande do Sul, sendo a ideia de construção desse tipo de nucleação proposta ao secretário de educação do Estado de Santa Catarina e trazida ao reassentamento.

Rossetto (2015) destaca a importância da educação no campo para o fortalecimento do movimento social na formação da consciência de classe e para a luta por direitos dos atingidos. Assim, a escola do campo, além de atender as especificidades socioculturais e os modos de vida da população camponesa, tem uma dimensão política, também alinhada com o MAB, que vai contra a ordem hegemônica do capital e a exploração econômica do campo. A escola também contribuiu para empregar moradores do assentamento que buscaram trabalho e não tiveram êxito, como verbalizado: “Nós tivemos épocas

que os funcionários da escola eram pessoas que sobravam das famílias, tipo assim, que foram buscar emprego em outro lugar e vieram trabalhar aí. Por exemplo, minha esposa foi doze anos diretora. Até se aposentar” (PARTICIPANTE 19).

Em ambos os reassentamentos os atingidos expressaram muitas conquistas e melhorias na qualidade de vida. No entanto, nenhum desses direitos foi alcançado sem que houvesse disputas e resistências, de forma que o acesso aos direitos básicos, como à terra, à moradia e à educação, foi legitimado a partir da luta dos atingidos.

3.3 Significados do deslocamento forçado

Uma temática frequentemente trazida pelos entrevistados no decorrer da pesquisa refere-se às percepções acerca do retorno de alguns integrantes do reassentamento às áreas próximas da barragem devido às dificuldades de adaptação ao novo território. Conforme o relato de um participante:

Aqui tem gente que foi embora por questão cultural, por uma questão de não ter se adaptado aqui [...]. Eu diria, assim, 30% foi questão cultural, 30% os filhos foram de volta e os pais foram atrás dos filhos e 30% por não entender a modernidade, a tecnologia. (PARTICIPANTE 7).

Na perspectiva dos entrevistados, estes abandonos, levando muitas famílias a retornarem ao território atingido pela barragem, estavam relacionados às dificuldades de aprendizado e prática do trabalho rural. Ainda sobre a relação com o trabalho, diversos assentados não tinham origem no campo e não estavam habituados ao trabalho rural, o que contribuiu para sua volta às regiões próximas às áreas remanescentes da barragem. Os trechos a seguir, expressam a questão: “Então, eu digo assim: é uma questão [...]. É cultural mesmo. Muitos desses nossos desistentes não eram pessoas ligadas, que viviam da agricultura. Eram funcionários que quiseram tentar uma aventura na agricultura e, né?” (PARTICIPANTE 18).

Tinha o caminhão que levava todo mundo, aí embarcamos no caminhão, fomo lá na minha casa, lá onde que nós ia morar. E sabe? Nós morava na cidade. Cheguei ali e aí foi passando,

passou quarta, passou quinta, e você acostumado lá. Aqui você olhava mato na cara [...]. Muitas pessoas não se acostumaram e foram embora. (PARTICIPANTE 13).

Cabe destacar que, além da questão da inserção do trabalho, a escolha pelo retorno às áreas atingidas, muitas vezes, ocorreu pela perda do contato com a comunidade, com os antigos modos de vida e, também, pela não identificação com os novos territórios. Este fenômeno deve ser analisado a partir de uma perspectiva coletiva e relacionado a mais um dano psicossocial decorrente do deslocamento forçado (GIONGO; MENDES, 2021).

De acordo com os participantes, durante o período de implantação do reassentamento, construído por eles próprios, foi gerado um sofrimento relacionado ao distanciamento de suas famílias. Os homens atingidos passavam longos períodos no acampamento para a construção do reassentamento coletivo, enquanto as esposas e filhos permaneciam nos arredores das áreas atingidas. Essa condição de isolamento familiar foi uma expressão do deslocamento forçado que esteve presente nos relatos de ambos os reassentamentos: “Chorava [...], chorava, Deus o livre, tinha os recém-casados, tinha pais que tinha filhos pequeninhos, e da mesma forma, por exemplo, a mulher” (PARTICIPANTE 3).

Mas nós abandonamos mesmo. Deixamos as nossas famílias lá. A minha esposa morava junto com meu pai e minha mãe lá. Mas tinha outras famílias que não tinham ninguém, e a esposa ficou com filho pequeno, filho de colo, filho pequeno, pequeno e lá no fundão. E hoje chego a me engasgar, que a gente viveu fases muito difíceis nesses momentos aí. Que você tinha que deixar, você vinha para um lugar que você sabia que no futuro... (PARTICIPANTE 1).

Daí foi juntando esses 48 homens, mais 48 pedreiros, juntaram os barraco, com uma regra, trabalhar 21 dias, 3 semanas, pra depois voltar pra baixo ficar três dias lá, porque nossas famílias ficaram lá pra baixo, mulher e os filhos, e veio só os homens com a regra de ficar 21 dias trabalhando e descer 3 dias pra depois voltar. [...] Sim, daí teve homens que por exemplo assim ó, que dava amarelão, que dava tristeza. (PARTICIPANTE 6).

Como consequência dessas vivências, em uma das situações narradas foi referido o uso abusivo de álcool durante o período de implantação do

reassentamento:: “E daí nós lá do sul tinha sempre o costume de tomar nossas cachacinhas, né? E daí determinados três, quatro meses, aí tinham homens que extrapolavam, né? Saudade da família” (PARTICIPANTE 5).

O aumento do uso de álcool e outras drogas entre as populações atingidas pela construção de barragens já foi documentado pela literatura e demanda intervenções no campo das políticas públicas e das ações de reparação de danos decorrentes das obras hidrelétricas (DAS NEVES, 2018; MAB, 2024). Associado a isso, outros impactos à saúde foram mencionados como os conflitos familiares decorrentes do afastamento, a insegurança com relação ao futuro, as dificuldades de adaptação climáticas e ambientais, e o medo diante das novas configurações de vida e de trabalho.

Com relação às formas de adaptação, um estudo de Roquetti, Moretto e Pulice (2017) realizado com reassentados atingidos pela construção da Hidrelétrica de Barra Grande relatou mudanças significativas nas condições de trabalho. Conforme este estudo os agricultores atingidos residiam e exerciam atividades rurais em áreas de encostas íngremes e foram realocados para áreas de planície, com características ecológicas diferentes daquelas com que estavam habituados. As pessoas reassentadas tinham conhecimento sobre o cultivo em áreas de encostas, o que demandou adaptação. Como respostas a estas demandas os reassentados receberam assistência técnica para se adaptarem aos novos métodos de produção, incluindo agroquímicos para lidar com as pragas através do uso de “produtos à base de calcário para corrigir a acidez do solo” (ROQUETTI; MORETTO; PULICE, 2017, p. 126). A assistência técnica também incentivou a adoção de novas atividades econômicas, como pesca esportiva e turismo, o que é entendido pelos autores como forma de alteração nos modos de vida.

Além disso, no caso da hidrelétrica de Barra Grande, ocorreram mudanças nos produtos agrícolas cultivados após o reassentamento, em relação ao cultivo nas áreas atingidas, havendo um crescimento da produção de soja e uma redução do plantio de feijão, que era predominante antes do deslocamento forçado. Mesmo com a assistência técnica, alguns atingidos tiveram dificuldades de adaptação às novas formas de produção, o que resultou em processos de evasão do reassentamento e retorno às cidades de

origem.

Em alguns reassentamentos os atingidos aderiram a “cooperativas”, que vendiam insumos agrícolas como fertilizantes, pesticidas, insumos para o solo e sementes modificadas. Contudo, essas cooperativas eram instituições privadas sediadas em outros municípios e não tinham a participação dos agricultores na sua administração, sendo os preços determinados pelas próprias instituições. Assim os investimentos em agroquímicos chegavam a 50% e 70% de sua renda total, reduzindo o lucro líquido e influenciando a viabilidade econômica de seus modos de vida (ROQUETTI; MORETTO; PULICE, 2017).

No reassentamento Baixão, Carvalho e Sieben (2019) referiram que também houve uma série de dificuldades para a adaptação nas áreas em que os indivíduos foram realocados. No novo território foi observada uma diminuição da produtividade devido ao solo arenoso e seco e à falta de água potável necessária para a produção, questões que levaram os atingidos a buscar trabalhos assalariados. A respeito da falta de água, foram perfurados 26 poços artesianos que não foram utilizados para o consumo e para a produção agrícola devido à alta concentração de minerais presentes no solo, o que pode causar danos à saúde. Atualmente, os reassentamentos são abastecidos diariamente através de caminhões-pipas com água fornecida pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE).

Os autores também relataram que os atingidos precisaram restringir o acesso a certos alimentos para viabilizar o pagamento das contas de energia elétrica. Isso demonstra que o desenvolvimento proposto pelas empresas geradoras de energia não chegou à população local, visto que o produto gerado por elas, tem seu acesso dificultado em consequência do alto custo (CARVALHO; SIEBEN, 2019).

4 CONCLUSÃO

As experiências de construção de grandes empreendimentos hidrelétricos são acompanhadas de diversas injustiças sociais acrescidas da desresponsabilização das empresas geradoras de energia em efetuar uma compensação justa aos atingidos. A partir da descrição do processo de

construção dos reassentamentos de Itá e Santa Inês foi possível perceber que parte fundamental para a garantia dos direitos à educação, à moradia e às condições para o trabalho, por exemplo, foi fruto da mobilização social dos atingidos em conjunto com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

A não contemplação de necessidades de trabalho dos atingidos resultou na evasão dos reassentamentos ou na busca por trabalhos assalariados em outros espaços. O direito ao trabalho não contemplou, principalmente, aqueles que não eram adaptados às atividades agrícolas ou que não conheciam os recursos mais modernos utilizados para a produção agrícola. Nos reassentamentos, a modificação nos modos de vida teve impactos negativos e levou a não permanência dos reassentados pelas mudanças impostas nas formas de realização do trabalho.

O processo de construção dos reassentamentos ainda revelou desproteção à saúde mental dos atingidos pelos longos períodos isolados das famílias, o que gerou sofrimento, sobrecarga de trabalho, conflitos familiares e elevado uso de álcool. Por outro lado, a criação de novos vínculos entre os atingidos possibilitou o fortalecimento na luta por direitos.

Reconhecendo-se que a energia é tratada como uma mercadoria e que sua produção atende ao interesse hegemônico de reprodução do capital, os direitos da classe trabalhadora sempre estarão submetidos ao capital, o que implica em injustiças sociais ao reduzir ao máximo os custos com compensação aos atingidos. Desta forma, o reassentamento rural coletivo foi uma forma de ressarcimento que em geral não contemplou as aptidões para o trabalho e o estilo de vida dos atingidos, gerando impactos à sua saúde e qualidade de vida. Ademais, as dificuldades de adaptação ao reassentamento associadas a quebra de vínculo com o território de origem em Santa Catarina, impactou de diversas formas os modos de viver e trabalhar dos atingidos.

Ressalta-se a importância de novos estudos sobre as pessoas atingidas pelas construções de barragens. Esta pesquisa limitou-se a dois reassentamentos organizados após a construção da barragem de Itá. Um maior levantamento dos agravos à saúde mental dos trabalhadores rurais deslocados de suas moradias de origem é indicado em estudos futuros, pois

estes coletivos demonstraram vivências de sofrimento invisibilizados pelos planos e ações reparatórias.

5 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL. *Atlas de energia elétrica do Brasil*. 3. ed. Brasília, DF: ANEEL, 2008. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfefindmkaj/https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/49034/mod_resource/content/1/atlas3ed.pdf Acesso em: 05 out 2024.

ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Mapa dos empreendimentos de aproveitamento hidrelétricos*. [S. Brasília: Agência Nacional de Energia Elétrica, 2019. Disponível em: <https://sigel.aneel.gov.br/portal/home/webmap/viewer.html?webmap=947a10caf45249faacd8c45ac74573c7> Acesso em: 10 dez. 2019.

AMARANTE, Paulo. *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

BARBOUR, Rosaline. *Grupos Focais*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BRASIL. Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Fontes renováveis responderam por 93,1% da geração de energia elétrica em 2023*, Brasília: Ministério de Minas e Energia, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/fontes-renovaveis-responderam-por-93-1-da-geracao-de-energia-eletrica-em-2023#:~:text=O%20Brasil%20atingiu%2093%2C1,70.206%20megawatts%20m%C3%A9dios%20\(MWm\)](https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/fontes-renovaveis-responderam-por-93-1-da-geracao-de-energia-eletrica-em-2023#:~:text=O%20Brasil%20atingiu%2093%2C1,70.206%20megawatts%20m%C3%A9dios%20(MWm)) Acesso em: 18 ago. 2024.

CARVALHO, Graziane de Araújo Pitombeira; SIEBEN, Airton. Da Ilha de São José ao reassentamento coletivo Baixão em Babaçulândia (TO): efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito na Amazônia. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, [s. l.], 28(1): 175-191, 2019. DOI: 10.15446/rcdg.v28n1.73572. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v28n1/2256-5442-rcdg-28-01-175.pdf> Acesso em: 15 dez. 2019.

CHAVES, Kena Azevedo; MONZONI, Mario; ARTUSO, Letícia Ferraro. UHE Belo Monte: reassentamentos rurais, participação social e direito à moradia adequada. *Revista direito GV*, São Paulo, 15(2): 1-27, 2019. DOI: 10.1590/2317-6172201913. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/mJ9vvjKkxMqgrc4qvgqKqBg/?lang=pt> Acesso em: 12 dez. 2019.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. *Comissão Especial de Atingidos por Barragens*: Resoluções n. 26/06, n. 31/06, n. 01/07, n. 02/07, n. 31/07. Brasília, DF: CDDPH, 2010. Disponível em: <https://mab.org.br/publicacao/relatorio-violacao-de-direitos-das-populacoes-atingidas-cddph/> Acesso em: 12 dez. 2019.

CONSÓRCIO NACIONAL DE ENGENHEIROS CONSULTORES; ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS. *Relatório de Impacto Ambiental*. [S. l.: s. n.], 1990.

DA SILVA MARQUES, Gabriela et al. Deslocamento forçado e saúde mental: o caso da Hidrelétrica de Itá. *Revista de Estudos Sociais*, [s. l.], 66: 30-41, 2018. DOI: 10.7440/res66.2018.04. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0123-885X2018000400030&lng=en&nrm=iso&tlng=pt . Acesso em: 12 dez. 2019.

DAS NEVES, Maila de Castro Lourenço et al. (Orgs). *PRISMMA*: Pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana. Belo Horizonte: Corpus, 2018. Disponível em https://ufmg.br/storage/3/5/1/4/3514aa320d36a17e5d5ec0ac2d1ba79e_15236492458994_644662090.pdf Acesso em: 18 ago. 2024.

ENGIE BRASIL ENERGIA. *Usina Hidrelétrica de Itá*, Engie Brasil Energia, 2019. Disponível em: <https://www.engie.com.br/usinas/usina-hidreletrica-ita/#:~:text=Localizada%20no%20rio%20Uruguai%2C%20no,Francis%20de%20290%20MW%20cada> Acesso em: 12 dez. 2019.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder; FERREIRA, Dallyla Tais Assunção Milhomem; MARQUES, Elineide Eugenio Marques. “É a morte do rio Tocantins, eu sinto isso”: desterritorialização e perdas simbólicas em comunidades tradicionais atingidas pela hidrelétrica de Estreito, TO. *Sociedade & Natureza*, 29(1): 53–62, maio 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-451320170104> . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/SfzrjXBRYzvKkxZ6WB6kVYh/#:~:text=%C3%89%20a%20morte%20do%20rio%20Tocantins%2C%20eu%20sinto%20isso.,como%20%E2%80%9C%5B...%5D> Acesso em: 18 ago 2024.

FIOCRUZ (Brasil). Resumo executivo: oficina de trabalho “A luta dos atingidos E a saúde em movimento”. In: FIOCRUZ (Brasil), Ministério da Saúde. *Resumo Executivo*. [Brasília, DF], 2023. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2/resumo_executivo_mab.pdf Acesso em 17 ago. 2024.

GIONGO, Carmem Regina; MENDES, Jussara, Maria Rosa. “Bicho de sete cabeças”: as vivências dos atingidos pela barragem de Itá. *Psicologia USP*, 32: e190101, 2021. DOI: 10.1590/0103-6564e190101. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/bQBD3ySpThmBMMPywHgdMBx/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2024.

AMÉRICA LATINA EM MOVIMENTO.. Ditadura contra as populações atingidas por barragens aumenta a pobreza do povo brasileiro. [S.l.]: MAB, 2004. Disponível em: <https://www.alainet.org/pt/active/5807> . Acesso em: 16 ago. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORGAN, David L. *Focus group as qualitative research: qualitative research methods series*. London: Sege Publications, 1997.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB. *Barragens promovem precarização da saúde pública, mas empresas responsáveis negam na justiça pedidos de reparação*. [S.l.]: MAB, 2024. Disponível em: <https://mab.org.br/2024/04/05/barragens-seguem-causando-danos-irreparaveis-a-saude-dos-atingidos/> Acesso em: 05 out. 2024.

NOTHAFT, Simone Cristine dos Santos; GIONGO, Carmem Regina; BUSATO, Maria Assunta. Classificação do impacto na saúde em municípios atingidos por usinas hidrelétricas. *Novos Cadernos NAEA*, [S.l.], 26(2), ago. 2023. DOI: 10.18542/ncn.v26i2.11868. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/11868> Acesso em: 19 ago. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/ncn.v26i2.11868>.

PACHECO, Tania; PORTO, Marcelo Firpo; ROCHA, Diogo. Metodologia e Resultados do Mapa: uma síntese dos casos de injustiça ambiental e saúde no Brasil. In: Porto, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre (Orgs.). *Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos*. p. 35-71. Rio de

Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. Disponível em:
<https://books.scielo.org/id/468vp/pdf/porto-9788575415764.pdf> Acesso em: 18 ago. 2024.

RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana Terezinha. De atingidos a vítimas do desenvolvimento: um estudo junto à população afetada direta ou indiretamente pela UHE Foz do Chapecó na região Oeste de Santa Catarina. *Revista Direito Ambiental e Sociedade*, Caxias do Sul, 7(2): p. 187-211, 2017. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/4028/3096> Acesso em: 12 dez. 2019.

ROCHA, Humberto José da; PASE, Hemerson Luiz. O conflito social e político nas hidrelétricas da bacia do Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 30(88): p. 99-113, 2015. DOI: 10.17666/308899-113/2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092015000200099&lng=en&nrm=iso Acesso em: 16 dez. 2019.

ROQUETTI, Daniel Rondinelli; MORETTO, Evandro Mateus; PULICED, Sérgio Mantovani Paiva. Deslocamento populacional forçado por grandes barragens e resiliência socioecológica: o caso da Usina Hidrelétrica de Barra Grande no sul do Brasil. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, 20(3): p. 115-134, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/LgVSDT8KVkvyYY8n8zmQpmC/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 16 dez. 2019.

ROSSETTO, Edimar Rodrigo. *O projeto de educação do campo: Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no Oeste e no Sudeste Paranaense*. 2015. Dissertação de mestrado (Mestrado em Geografia). Paraná: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2015. 149 p.

SELIGMANN-SILVA, Edith. *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez, 2011. 624 p.

VAINER, Carlos B. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. *Estudos Avançados*, São Paulo, 21(59): p. 119-137, 2007. DOI: 10.1590/S0103-40142007000100010 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000100010 Acesso em: 12 dez. 2019.

VERDUM, Ricardo. *Integração, usinas hidrelétricas e impactos socioambientais*. Brasília: INESC, 2007. Disponível em:

<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/Q3D00063.pdf>
Acesso em: 12 dez. 2019.

WORLD COMISSION ON DAMS - WCD. *Displacement, resettlement, rehabilitation, reparation and development*. Department of Anthropology, City University of New York, USA, 2000. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/266499723_Displacement_Resettlement_Rehabilitation_Reparation_and_Development_-China_Report Acesso em: 09 dez. 2019.